SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

CNPJ nº 50.657.675/0001-86

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2018 e 2017 - Valores em milhares de reais

Ativo	NE	2018	2017
Circulante		3.540	1.723
Disponibilidades	4	495	391
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	794	419
Aplicações no mercado aberto		794	419
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.648	1
Carteira própria		1.648	1
Outros Créditos		601	901
Rendas a receber	7	242	716
Negociação e intermediação de valores	8	87	5
Diversos	9	306	979
(Provisão para outros créditos liquidação duvidosa)		(34)	(799)
Outros Valores e Bens		2	11
Despesas antecipadas		2	11
Não Circulante		22.368	24.772
Realizável a Longo Prazo		22.168	24.443
Títulos e Valores Mobiliários	6	2.038	5.001
Carteira própria		1.665	4.654
Vinculados a prestação de garantia		373	347
Outros Créditos	9	20.130	19.442
Diversos		26.917	25.477
(Provisão para outros creditos liquidação duvidosa)		(6.787)	(6.035)
Investimentos		6	6
Outros investimentos		6	6
Imobilizado de Uso	10	192	307
Outras imobilizações de uso		2.292	2.332
(Depreciações acumuladas)		(2.100)	(2.025)
Intangível		2	16
Ativos Intangíveis		614	614
(Amortização acumulada)		(612)	(598)
Total do Ativo		**25.908**	**26.495**

Passivo	NE	2018	2017
Circulante		4.355	4.851
Relações Interdependências		75	192
Recursos em transito de terceiros		75	192
Outras Obrigações		4.280	4.659
Cobrança, arrec. tributos e assemelhado		19	24
Carteira de câmbio		39	-
Fiscais e previdenciárias	11	488	688
Negociação e intermediação de valores	8	2.856	2.798
Diversas	12	878	1.149
Não Circulante		20.062	19.497
Exigível a Longo Prazo		20.062	19.497
Outras Obrigações		20.062	19.497
Fiscais e previdenciárias	11	-	122
Diversas	12	20.062	19.375
Patrimônio Líquido		1.491	2.147
Capital:	13	4.918	46.051
De Domiciliados no país		4.918	46.051
Ajustes de avaliação patrimonial	6	(52)	(56)
(Prejuízos acumulados)	13	(3.375)	(43.848)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**25.908**	**26.495**

Demonstração dos Resultados em Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 - Valores em milhares de reais, exceto prejuízo por cota

	NE	2018	2017
Receitas de Intermediação Financeira		1.055	1.553
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		169	378
Resultado de operações de câmbio		886	1.175
Despesas da Intermediação Financeira		16	147
Operações de captação no mercado		-	(8)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa		16	155
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		1.071	1.700
Outras Receitas/ Despesas Operacionais		(3.117)	(2.870)
Receitas de prestação de serviços	15.a	4.391	4.988
Despesas de pessoal	15.b	(2.997)	(2.928)
Outras despesas administrativas	15.c	(3.793)	(4.146)
Despesas tributárias	15.d	(639)	(708)
Outras receitas operacionais	15.e	132	400
Outras despesas operacionais	15.f	(211)	(476)
Resultado Operacional		(2.046)	(1.170)
Resultado Não Operacional		-	165
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	16	(2.046)	(1.005)
Participações Estatutárias no Lucro		-	(10)
Prejuízo do Semestre		(2.046)	(1.015)
Nº de cotas....................................:		51.642	51.642
Prejuízo por cota ....R$		(39,61)	(19,65)

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 - Valores em milhares de reais,

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	(2.046)	(1.015)
Depreciações e amortizações	58	90
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16)	6
	(2.004)	(919)
Variação de Ativos e Obrigações	(8.150)	(137)
(Aumento) redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	671	(294)
Redução de outros créditos	4.033	8
(Aumento) redução de outros valores e bens	(1)	(10)
Aumento (redução) em relações interfinanceiras	(12)	3
Redução em operações compromissadas	-	(160)
Aumento (redução) em outras obrigações	(12.786)	316
Imposto de renda e contribuição social pagos	(55)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(10.154)	(1.056)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Rateio de prejuízos	2.020	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	2.020	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(8.134)	(1.056)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	9.423	1.866
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1.289	810

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Valores em milhares de reais

	Capital Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de Dezembro de 2016	46.051	(56)	(42.833)	3.162
Prejuízo do semestre	-	-	(1.015)	(1.015)
Em 30 de Junho de 2017	46.051	(56)	(43.848)	2.147
Mutações do Semestre:	-	-	(1.015)	(1.015)
Em 31 de Dezembro de 2017	4.918	(47)	(3.349)	1.522
Rateio de prejuízos	-	-	2.020	2.020
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	(5)	-	(5)
Prejuízo do semestre	-	-	(2.046)	(2.046)
Em 30 de Junho de 2018	4.918	(52)	(3.375)	1.491
Mutações do Semestre:	-	(5)	(26)	(31)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. ("Corretora") tem como objeto social as atividades de instituir, organizar e administrar fundos, clubes de investimentos, carteiras administradas e custódias de títulos e valores mobiliários; prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; exercer as funções de agente emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais; prestar serviços de agente fiduciário; praticar ou intermediar operações no mercado de câmbio além de operar em Bolsas de Valores, Mercadorias e de Futuros por conta própria e de terceiros, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, sendo que as operações em Bolsa de Valores e de Mercadorias e Futuros foram realizadas até Fevereiro de 2015. Aproveitando dos seus mais de 40 anos de experiência a Corretora tem como principal característica a relação de confiança, transparência e agilidade com seus clientes. Com grande experiência na administração e gestão de patrimônio, a partir de Março de 2015, reforçou sua atuação nos seguintes segmentos: • Fundos de Investimentos; • Clubes de Investimentos; • Fundos Estruturados; • Serviços Fiduciários; • Câmbio Comercial (Intermediação e Simplex); • Câmbio Turismo (Espécie e Travel Card). Continuando o trabalho de prospecção de novas operações, a Corretora está concentrando esforços em buscar parcerias com novas Gestoras de Fundos e potenciais investidores, para a prestação de serviços em Administração de Fundos de Investimentos. Com a saída de algumas instituições financeiras deste nicho de mercado, a Corretora já trabalha no sentido de incrementar a sua carteira algumas operações que ora eram feitas por estas instituições, o que nos faz vislumbrar um futuro promissor neste segmento. Vale ressaltar que a Corretora já incrementou este ano a sua carteira de clientes um total de 7 (sete) fundos novos, o que representa uma receita fixa mensal crescente a partir de setembro de 2018 que atingirá o total de R$ 54. Até o final do ano de 2018 será incrementado em nosso faturamento o valor mensal de R$ 62, referente a propostas que estão em andamento e prestes a serem fechadas. No semestre, houve uma demanda crescente por serviços fiduciários, de modo que nos meses de março e junho/2018 já colhemos resultados desta demanda, quando o resultado de operações fechadas este semestre começou a se concretizar, e há perspectiva da manutenção deste crescimento no segundo semestre de 2018, com a entrada de novas operações, tendo em vista as propostas que estão sendo enviadas para as principais instituições financeiras do mercado, que demandam por serviços de custódia, escrituração, registro e de agente fiduciário de suas operações. A SLW está preparando sua estrutura para voltar a atuar no mercado de intermediação de operações em Bolsa e Renda Fixa, através de operações na modalidade "por conta e ordem", que serão realizadas através da Guide Investimentos S/A CV. No segundo semestre será intensificado o trabalho de prospecção de fundos de investimentos e demais clientes que desejem realizar operações em Bolsa, o que representa um incremento crescente em nosso faturamento. A implementação de novas metodologias de controle gerencial iniciada em 2018, através da utilização de novas ferramentas para o controle orçamentário tornou a operação da Corretora mais ágil com a tomada de decisões, bem como possibilitou o melhor controle das despesas operacionais. Como resultado dos trabalhos realizados, mantemos a perspectiva de crescimento de 14% em 2018, que deverá se concretizar com mais intensidade no próximo semestre, com a consolidação de novas parcerias com novas gestoras de fundos e alguns projetos em andamento na área de câmbio, bem como também com o resultado de negócios já fechados e que a entrada em caixa dos valores dos honorários ocorrerá no segundo semestre de 2018. Serão incrementados ao nosso faturamento o percentual de 6% referente administração de novos fundos. Houve redução das receitas de câmbio nos meses de Maio e Junho de 2018 por conta da alta volatilidade das moedas internacionais (em especial, o dólar americano) em decorrência de eventos externos, o que contribuiu para que os clientes da Corretora deixassem de realizar operações naquele momento, preferindo aguardar uma melhora do cenário macroeconômico. Em 19 de abril de 2018 foi protocolada resposta ao ofício do Banco Central do Brasil ("BACEN"), que exigia plano de ação para a regularização dos limites operacionais, resposta está complementada em 23 de maio de 2018, onde foi elaborado um plano de regularização mais detalhado dos limites operacionais. Esse plano consiste na intensificação do trabalho de captação de novos negócios, o que já está sendo feito pela Administração. Os sócios se comprometeram a realizar eventuais rateios de prejuízo e aportes de capital a medida que forem surgindo novas despesas extraordinárias. A partir de setembro de 2018 a Corretora não poderá mais sofrer desenquadramentos dos limites operacionais. Havendo este risco, será feito aporte de capital imediatamente pelos sócios. Foram feitos vários aportes no semestre, totalizando R$ 2.020. Conforme estabelecido no plano de ação , foram feitos mais aportes de capital até agosto de 2018, totalizando R$ 860. Os resultados obtidos nos anos anteriores são também decorrentes da adequação a nova estrutura, que não englobava até então os produtos de Bolsa e Renda Fixa, que estão sendo retomados conforme já mencionado. Esperamos iniciar a reversão destes resultados no ano de 2019, quando teremos consolidados os projetos de retomada destes negócios, bem como também o crescimento das demais áreas de negócios, de modo que não seja mais necessário os sócios realizarem novos ingressos de recursos. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"), normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil e da Lei das Sociedades por Ações. Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram adotados, pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo CMN e pelo BACEN, quais sejam: **• Resolução 3.566/08 –** Redução ao valor recuperável de ativos; **• Resolução 3.604/08 –** Demonstração do fluxo de caixa; **• Resolução 3.750/09 –** Divulgação sobre partes relacionadas; **• Resolução 3.823/09 –** Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; **• Resolução 3.973/11 –** Evento subsequente; **• Resolução 3.989/11 –** Pagamento baseado em ações; **• Resolução 4.007/11 –** Politicas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; **• Resolução 4.144/12 –** Pronunciamento conceitual básico; **• Resolução 4.424/12 –** Benefícios a empregados. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, perdas por redução ao valor recuperável, "*impairment*" de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos para negociação, ativos não financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Corretora. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 09 de setembro de 2018. **3. Resumo das principais práticas contábeis: a) Apuração de resultado:** O regime de apuração do resultado é o de competência. **b) Disponibilidades:** As disponibilidades são representadas por recursos em moeda nacional, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, apresentando risco insignificante de mudança de valor justo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aquisição e acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados em suas respectivas categorias de acordo com a intenção da Administração: em negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Os títulos classificados na categoria "para negociação", são apresentados no ativo circulante e avaliados pelo valor de mercado. Os classificados na categoria "disponíveis para venda" são avaliados pelo valor de mercado e os classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos contratados. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "para negociação" são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários e na venda definitiva dos títulos, estes ajustes são transferidos para as respectivas contas de resultado do período. Os títulos públicos foram apurados pelo preço médio de negociação, ou quando não disponível, a Administração da Corretora adota parâmetro para cálculo do valor de mercado, obtido mediante técnica interna de precificação. Os valores de mercado das ações de companhias abertas foram apurados, respectivamente, com base no preço de fechamento na B3 S.A. Brasil, Bolsa Balcão no último pregão antes do encerramento do período e no preço médio e nas taxas de juros divulgados pela ANBIMA no último pregão antes do encerramento do semestre. **e) Negociação e intermediação de valores:** É demonstrada pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber realizadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa Balcão, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos. **f) Imobilizado de uso:** É registrado pelo custo de aquisição, a depreciação é calculada pelo método linear, com base, conforme demonstrado na nota explicativa Nº 10. **g) Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos são registrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **h) Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços; As provisões são reconhecidas no balanço quando há uma obrigação legal, ou constituída, como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **i) Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R$240. A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP"), convertida na Lei nº 13.169, de 06 de outubro 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015. Não foram reconhecidos eventuais créditos sobre prejuízos fiscais ou adições temporárias em função do não atendimento à Resolução nº 3.059 do Conselho Monetário Nacional. **j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As contingências ativas e passivas e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional. • Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • As obrigações legais, fiscais e previdenciárias são demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). Estão reconhecidos e provisionados, independentemente, da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial; • Os ativos contingentes são reconhecidos quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. **k) Lucro/ Prejuízo por Cotas:** Calculado com base na quantidade de cotas do capital integralizado na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa	2018	2017
Disponibilidades	495	391
Caixa	1	1
Depósitos bancários	290	137
Disponibilidades em moeda estrangeira	204	253
Aplicações interfinanceiras de liquidez	794	419
Letras do Tesouro Nacional	-	419
Letras Financeiras do tesouro	794	-
Total caixa e equivalente de caixa	1.289	810

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez – compromissadas	2018	2017
Letras do Tesouro Nacional	-	419
Letras Financeiras do Tesouro	794	-
	794	419

6. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários estão classificados como "Títulos Disponíveis para Venda", e demonstrados conforme abaixo:

2018 Carteira Própria	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Mercado	Custo
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.647	1.481	3.128	3.131
Notas do Tesouro Nacional	-	-	184	184	186
Ações Companhias Abertas	1	-	-	1	48
Sub-total	1	1.647	1.665	3.313	3.365
Vinculados à prestação de Garantias (*)					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	373	373	373
Sub-total	-	-	373	373	373
Total	1	1.647	2.038	3.686	3.738

2017 Carteira Própria	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Mercado	Custo
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	4.487	4.487	4.493
Notas do Tesouro Nacional	-	-	167	167	170
Ações Companhias Abertas	1	-	-	1	48
Sub-total	1	-	4.654	4.655	4.711
Vinculados à Prestação de Garantias (*)					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	347	347	347
Sub-total	-	-	347	347	347
Total	1	-	5.001	5.002	5.058

(*) A Corretora por estar classificada como Participante de Negociação (PN), mantém na Guide Investimentos S.A. Corretora de Valores, garantias em títulos públicos (LFT) para a realização das operações de Bolsa de seus clientes. Esses títulos poderão ser negociados, quando da liberação de suas garantias. Em 30 de junho de 2018, foram registrados ajustes ao valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, reconhecidos em contrapartida no patrimônio líquido, pelo montante de R$52 (R$56 em 2017), sem os efeitos tributários. As ações de companhias abertas estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). Os títulos públicos estão custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), respectivamente. Durante os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, a Corretora não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. Rendas a receber	2018	2017
Corretagens de câmbio a receber	62	196
Serviços prestados a receber	180	280
Comissões sobre agente fiduciário	-	240
	242	716

8. Negociação e intermediação de valores	Créditos 2018	Créditos 2017	Obrigações 2018	Obrigações 2017
Caixas de registro e liquidação	-	1	-	-
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	24	1	2.856	2.798
Oper. com ativos financeiros e mercadorias	62	-	-	-
Obrigações p/ neg. intermediação de títulos	1	3	-	-
	87	5	2.856	2.798

As negociações e intermediações de valores correspondem às operações financeiras realizadas na B3 Brasil, Bolsa, Balcão especificamente as operações efetuadas nos três últimos pregões a serem liquidadas em D+1 e D+3.

9. Outros créditos - diversos

Circulante	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	65	51
Impostos e contribuições a compensar	181	95
Pagamentos a ressarcir	36	49
Devedores diversos País	24	784
	306	979
Não circulante	**2018**	**2017**
Devedores por depósito em garantia **(b)**	20.130	19.442
Devedores diversos País **(a)**	6.787	6.035
(-) Provisão para devedores duvidosos	(6.787)	(6.035)
	20.130	19.442

a) Refere-se a processo Fundiágua, constituído 100% para provisão de devedores duvidosos; **b)** Devedores por depósito em garantia: encontram-se pendentes de julgamento, perante o judiciário, ações promovidas pela Corretora questionando a legalidade de diversos tributos e recursos trabalhistas, tendo sido constituídas as provisões necessárias, conforme apresentado na nota explicativa Nº 14. Para tanto, a Corretora efetuou depósitos judiciais que são atualizados mensalmente pelo índice SELIC, conforme identificados a seguir:

	2018	2017
IRPJ	13.305	12.821
CSLL	4.789	4.615
Finsocial	422	412
Pis	778	759
Outros	836	835
	20.130	19.442

10. Imobilizado de uso

	Taxa deprec.	Custo corrigido (2018)	Depreciação acumulada (2018)	Imobilizado líquido (2018)	Imobilizado líquido (2017)
Instalações	10%	300	(273)	27	38
Móveis e equipamentos de uso	10%	464	(377)	87	121
Sistema de comunicação	10%	458	(430)	28	44
Sist. processamento de dados	20%	1.070	(1.020)	50	104
		2.292	(2.100)	192	307

11. Outras Obrigações - Fiscais e previdenciárias

Curto prazo	2018	2017
Imposto e contribuições a recolher	488	688
	488	688
Longo prazo	**2018**	**2017**
Provisão para riscos fiscais	-	122
	-	122

As obrigações fiscais e previdenciárias referem-se aos impostos e contribuições sobre o lucro e as retenções sobre fornecedores, clientes e terceiros a serem recolhidos de acordo com os prazos previstos nas legislações vigentes.

12. Outras Obrigações – Diversas

Curto prazo	2018	2017
Provisão trabalhista	398	365
Provisões administrativas **(a)**	352	452
Credores diversos País	128	332
	878	1.149
Longo prazo	**2018**	**2017**
Provisão para passivos contingentes **(b)**	20.062	19.375
	20.062	19.375

a) As provisões administrativas são as obrigações contraídas junto aos fornecedores de serviços, inclusive os de agentes autônomos de investimentos, os fornecedores de materiais e outros fornecedores; **b)** Os processos judiciais em curso, cuja expectativa de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos, foram objeto de constituição da provisão para contingências, o saldo das provisões constituídas e os respectivos depósitos judiciais foram:

	Saldo contingências 2018	Depósito judicial (ativo) 2018	Saldo contingências 2017	Depósito judicial (ativo) 2017
IRPJ	13.305	13.305	12.821	12.821
CSLL	4.789	4.789	4.615	4.615
Finsocial	422	422	412	412
Pis	778	778	759	759
Outros	768	836	768	835
Total	20.062	20.130	19.375	19.442

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	19.770
Atualizações monetárias	292
Saldo em 30 de junho de 2018	20.062
Saldo em 31 de dezembro de 2016	18.801
Adições	252
Baixas	(220)
Atualizações monetárias	542
Saldo em 30 de junho de 2017	19.375

A Corretora é parte em ações de naturezas tributária, trabalhistas, administrativo e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2018	2017
Tributárias		
IRPJ, CSLL e IR Fonte	48.111	45.409
Cíveis		
Perdas e danos	13.271	9.476
Administrativo		
Processo administrativo	205	867
Trabalhistas		
Reclamação Trabalhista	11.460	18.580
Total	73.047	74.332

Natureza das contingências com estimativa de perda possível: Contingências Administrativas.: A Corretora é parte em processos administrativos que versam em sua maioria, na discussão sobre o procedimento operacional e administrativo adotado pela Corretora em consonância com a legislação pertinente que disciplina nosso segmento. **Contingências Cíveis**.: A Corretora é parte em ações indenizatórias, em sua maioria, onde se questionam a efetivação de ordens de negociação e o advento de prejuízos decorrentes de sua não realização ou de sua realização alegadamente adversa da solicitada. Estas ações indenizatórias encontram-se ainda pendentes de julgamento. **Contingências Tributárias:** A Corretora é parte em ações de cunho tributário, em sua maioria, que envolvem o processo de desmutualização da então BM&F e da Bovespa. Também há demandas em relação a alíquotas de tributos relacionados a despesas de intermediação. A maior parte destas contingências encontram-se depositadas em juízo, conforme demonstrado na nota explicativa 9c). **Contingências Trabalhistas**.: A Corretora é parte em reclamações trabalhistas que tratam em sua maioria, de pedido de reconhecimento de vínculo empregatício por parte dos Agentes Autônomos de Investimentos e a condenação nos consectários legais daí advindos. **13. Patrimônio Líquido: a) Capital Social:** O capital social é de R$ 4.918 (R$46.051 em 2017), divididos em 51.642 cotas, totalmente integralizadas por cotistas domiciliados no País. Em 29 de dezembro de 2017, foi deliberada a redução do capital social, de R$ 46.051 para R$ 4.918 para compensar saldos de prejuízos acumulados até dezembro de 2016, tal redução não acarretou em cancelamento de cotas da Corretora. Este processo foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 22 de janeiro de 2018. **b) Prejuízos acumulados:** No semestre encerrado em 30 de junho de 2018 houve rateios de prejuízos pelos cotistas no montante de R$ 2.020, sendo R$ 1.000 em 28 de fevereiro de 2018, R$ 620 em 25 de abril de 2018 e R$ 400 em 27 de junho de 2018. **14. Partes relacionadas: 14.1. Transações de intermediação:** A Corretora possui transações com outras partes relacionadas não tendo cobertura de seguro e quaisquer garantias dadas ou recebidas, conforme a seguir:

Outras obrigações	2018 Ativo/(passivo)	2017 Ativo/(passivo)
Negociação e intermediação de valores		
Devedores/credores-conta de liquidação pendente		
Diretores e acionistas **(a)**	(45)	(46)

(a) As operações foram realizadas com base em taxas, prazos e valores usualmente praticados no mercado na data das operações, considerando-se a ausência de risco.

14.2. Outras transações com partes relacionadas	2018	2017
Despesas administrativas - Aluguel **(*)**	78	78
Total	78	78

(*) A Corretora paga aluguel para Empresa de parte relacionada: Karta Participações Ltda. As operações realizadas em Bolsa de Valores pelos sócios representam um total em corretagem de R$ 104 (R$ 161 em 2017). Deste montante, R$ 103 (R$ 160 em 2017) refere-se a desconto de corretagem nestas operações. As operações com a SLW Administradora e Gestora de Recursos Ltda e com a SLW Empreendimentos e Participações Ltda. referem-se substancialmente a comissão sobre serviços financeiros prestados, realizada a preços e condições usuais de mercado, gerou uma despesa de R$ 9 (R$ 47 em 2017). **14.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o semestre encerrado em 30 de junho de 2018 foi de R$ 467 (R$ 445 em 2017), a qual é considerada benefício de curto prazo.

15. Demonstração do resultado

a) Receitas de prestação de serviços	2018	2017
Assessoria técnica	1.689	2.053
Adm. de fundos e sociedade de investimento	963	1.290
Comissões de colocação de títulos	-	20
Corretagem de câmbio	425	435
Corretagem de operações em bolsa	881	746
Serviços de custódia	301	231
Outros serviços	132	213
Total	4.391	4.988

b) Despesas de pessoal	2018	2017
Despesas de honorários	(467)	(445)
Despesas de benefícios	(451)	(477)
Despesas de encargos sociais	(501)	(506)
Despesas de proventos	(1.537)	(1.482)
Despesas de treinamentos	(3)	(2)
Despesas de remuneração de estagiários	(38)	(16)
Total	(2.997)	(2.928)

c) Outras despesas administrativas	2018	2017
Despesas de aluguel	(181)	(207)
Despesas de comunicação	(102)	(107)
Despesas de manutenção e conservação	(65)	(78)
Despesas de processamento de dados	(622)	(634)
Despesas do sistema financeiro	(150)	(225)
Despesas com comissões	(1.156)	(1.346)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.106)	(1.087)
Despesas de transporte	(94)	(89)
Despesas de amortização e depreciação	(58)	(90)
Outras despesas administrativas	(259)	(283)
Total	(3.793)	(4.146)

d) Despesas tributárias	2018	2017
Despesas de ISS	(187)	(207)
Despesas de COFINS	(222)	(260)
Despesas de PIS	(36)	(42)
Outras despesas tributárias	(194)	(199)
Total	(639)	(708)

e) Outras receitas operacionais	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	1	31
Juros	4	8
Venda Carteira de Clientes	118	-
Outras	9	361
Total	132	400

f) Outras despesas operacionais	2018	2017
Processo judicial/Ações de indenizações	(102)	(197)
Perdas e furtos	(90)	-
Outras	(19)	(279)
Total	(211)	(476)

16. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido: O cálculo do imposto de renda e da contribuição social está assim representado:

Apuração de IR/CS	IRPJ 2018	CSLL 2018	IRPJ 2017	CSLL 2017
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(2.046)	(2.046)	(1.005)	(1.005)
(-) Participações estatutárias no lucro	-	-	(10)	(10)
Total	(2.046)	(2.046)	(1.015)	(1.015)
Adições/(exclusões):				
Despesas não dedutíveis	7	7	33	33
Provisão para devedores duvidosos	20	20	8	8
Processos CVM – não tributáveis	-	-	(36)	(36)
Contingencias Fiscais	-	-	252	252
Outras provisões temporárias	-	-	(3)	(3)
(Reversão) provisão para devedores duvidosos	(56)	(56)	(128)	(128)
(Reversão) de contingentes trabalhistas	-	-	(183)	(183)
Lucro real	(2.075)	(2.075)	(1.072)	(1.072)
Encargos de 15% IR / 20% CS + Adicional de 10% IR	-	-	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

Em 30 de junho de 2018 a Corretora apresentava prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R$ 22.323 (R$ 18.613 em 2017), para os quais a Corretora registrou apenas a compensação do saldo utilizado para liquidação de tributos. Para o saldo remanescente, é entendimento da administração não haver lucros projetados que permitam seu reconhecimento. No processo do PERT de 31 de agosto de 2017 foi utilizado prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R$ 636, para amortização dos tributos. **17. Gerenciamento de Risco: 17.1. Estrutura de gerenciamento de risco:** A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão na Corretora. Por isso, a Corretora conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, que é constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. O resumo das descrições das estruturas de gerenciamento de riscos está publicado em diretório de acesso público, disponível no endereço http://slw.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2018/08/SLW_Diagnostico-Economico-v2_20180809_105245.pdf. **17.2. Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais:** A Corretora tem aperfeiçoado continuamente seus sistemas tecnológicos voltados ao controle e prevenção de riscos, visando reduzir possíveis perdas, por meio do acompanhamento constante de suas operações. Os riscos inerentes à atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria acompanhando o controle dos fatores de exposição a riscos de mercado, crédito e institucionais. **17.3. Estrutura de gerenciamento de riscos de mercado: Risco de mercado:** é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de posições detidas pela Corretora. A Corretora possui políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado baseadas nas diretrizes do Comitê de Basileia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464/2007. O gerenciamento do risco de mercado consiste em um conjunto de instrumentos para a identificação, mensuração, a avaliação, o monitoramento e o controle do risco, com uma clara definição de responsabilidades, níveis de alçada e de reporte. **17.4. Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez:** Risco de liquidez pode ser entendido como a possível incapacidade da Corretora honrar suas obrigações, causada pela ocorrência de desequilíbrios entre a entrada e saída de recursos no fluxo de caixa. A Corretora gerência o risco de liquidez através do permanente monitoramento do fluxo de caixa esperado, definição de níveis mínimos de liquidez, de um plano de contingência, da delegação de responsabilidades, de níveis de alçada e de reporte. Este gerenciamento é baseado nas diretrizes do Comitê de Basiléia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 4.090/2012. **17.5. Estrutura de gerenciamento de risco de crédito:** Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, a Corretora considera risco de crédito "a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação". Na Corretora, o gerenciamento do risco de crédito consiste na avaliação e no monitoramento de forma contínua da qualidade das operações de crédito, objetivando manter as exposições em níveis considerados aceitáveis pela alta administração. **17.6. Estrutura de gerenciamento de capital:** Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 3.988 em 30 de junho de 2011, a Corretora constitui estrutura de gerenciamento de risco de capital. O gerenciamento de risco de capital trata-se de um processo contínuo com os seguintes objetivos: 1) Monitoramento e controle do capital mantido pela Corretora; 2) Avaliação dos requisitos de capital face aos riscos a que a Corretora está sujeita; e 3) Planejar as necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da Corretora. **17.7. Estrutura e gerenciamento de risco socioambiental:** A Corretora mantém políticas e procedimentos internos referentes às obrigações para o gerenciamento de risco socioambiental. Cumprindo com as datas exigidas pelo Banco Central do Brasil; o processo de melhoria continua é praticado diariamente e também no momento de avaliação de novos clientes, como exemplo: possíveis casos de trabalho escravo; crimes ambientais; informações dos diários oficiais, onde podemos consultar detalhes de possíveis ações judiciais que envolvam crimes ambientais e outros. Nossos procedimentos estão em permanente atualização e adaptação perante os departamentos envolvidos e à Alta Administração. Nas adaptações mencionadas acima, destacamos a utilização de nossos sistemas de gerenciamento de risco operacional também para mapearmos as não conformidades, riscos e controles vinculados às exigências sócio ambientais. **18. Limites operacionais (Acordo de Basiléia):** Em 30 de junho de 2018 e 2017, a Corretora não estava enquadrada nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/94 do Conselho Monetário Nacional e normas complementares. O índice de Basileia da Corretora em 30 de junho de 2018 era de 7,20% (6,96% em 2017). **19. Outras informações: a) Recursos de terceiros:** A Corretora administra fundos e clubes de investimento, conforme composto abaixo:

Denominação	Patrimônio líquido Administrado 2018	Patrimônio líquido Administrado 2017
Fundos de investimento financeiro	53.192	191.236
Soc. Fundos carteiras inv. capital estrangeiro	69.277	71.461
Clubes de investimento	26.025	26.670
Fundos de ações	141.964	176.733
Outros fundos de renda variável	80.011	82.818
	370.469	548.918

b) Auditores independentes: Informamos que a Administração, no semestre findo em 30 de junho de 2018, não contratou serviços da BDO RCS Auditores Independentes relacionados a Corretora, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses. **20. Eventos Subsequentes:** Com a exceção das novas propostas descritas na nota explicativa nº 1, não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Corretora.

A Diretoria — **Reinaldo Dantas** - Contador CRC 1 SP 110330/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

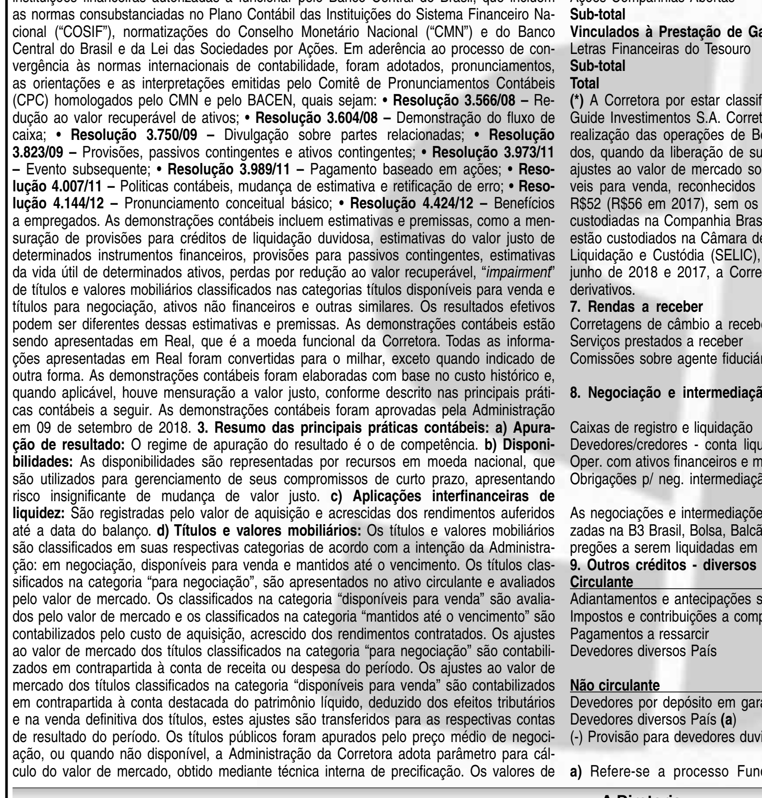
Aos Administradores e Acionistas da **SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. ("Corretora")**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.** em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relacionada com a continuidade operacional e desenquadramento operacional:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, em 30 de junho de 2018 a Corretora apresenta prejuízos acumulados e passivo circulante excedente ao ativo circulante. Com sucessivos aportes realizados por seus cotistas controladores para fazer face as suas necessidades imediatas de caixa, está em andamento processo de enquadramento em relação aos limites de capital e patrimônio compatíveis com o seu risco de estrutura de ativos, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional. A continuidade operacional da Corretora está ligada ao sucesso das medidas estipuladas naquela nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. **Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar o Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e administração da **Corretora** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Corretora. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de setembro de 2018.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Barbosa
Contador
CRC 1 SP 120359/O-8



Orient Relógios do Brasil S.A.
CNPJ/MF 60.401.205/0001-00 - NIRE 35.300.042.875
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
São convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária**, a se realizar no dia 20 de setembro de 2018, às 9:00 horas, na sede social, na Avenida das Nações Unidas, 10.989, 7°. Andar, Conjunto 71 - Sala 1, Brooklin Paulista, São Paulo - SP, CEP 04578-000, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Distribuição de dividendos aos acionistas. São Paulo, 12 de setembro de 2018. A Diretoria. (12,13 e 14/09/2018)

1ª VRP – Capital. EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0038687-57.2011.8.26.0100 (USUC 837) O(A) Doutor(a) Rodrigo Ramos, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)(s) **José Pires de Andrade, Maria Cristalia de Castro Andrade ou Maria Christália de Castro Andrade, Francisco Justino, Valquiria Perula Peres Justino**, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que **Romualdo Marques Leal e Idalina Maria de Moura Leal,** ajuizaram **ação de USUCAPIÃO**, visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Rua Dr. Rozendo Moniz Barreto, nº 58 Vila Christália 18º Subdistrito Ipiranga - São Paulo SP, com área de 274,31 m², contribuinte nº 119.169.0056-8, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

SOLD Leilões — **ERRATA** — **HENRI ZYLBERSTAJN** LEILOEIRO OFICIAL JUCESP 1014

No anúncio publicado neste jornal nas datas: 17, 18 e 19/11/2016, no leilão de Veículos do dia 24/11/2016 no trecho dos Chassis **onde se lê:** 166416, 724950, 545464, 555956, 702503, 618201, 230878, 099875, 009254, 687019, 360722, 582360, 398843, 631463, 828504, 380680, 391097, 682852, 669708, 060900, 484340. **Deve ser lido:** 793804, 370869, 489096, 378763, 293341, 154311, 414705, 399992, 225060, 616233, 080754, 723289, 715966, 013636, 043880, 500625, 500606, 500432, 500380, 202013, 514427.

Consulte nosso site: WWW.SOLD.COM.BR
Informações: (11) 3296-7555 - R. Tenente Negrão, 140 - 3º andar - Itaim Bibi - São Paulo/SP

Edital de Citação Prazo de 20 dias. Processo Nº 0006984-91.2010.8.26.0020 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª VC, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de SP, Dr(a). Roberto Luiz Corcioli Filho, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Ana Maria da Silva, RG Nº 17440591, CPF 008.026.168-01 e Fabiana da Silva, RG Nº 255641059, CPF 218.065.808-70, que Sociedade Beneficente São Camilo lhes ajuizou ação de Cobrança para recebimento da quantia de R$ 1.081,97, (Abril/2010) referente às despesas hospitalares. Estando as Rés em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, paguem o débito ou embarguem a ação. Não sendo contestada a ação, as rés serão consideradas revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada Mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de agosto de 2018. **(11 e 12)**

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal Empresas e Negócios Ltda.. Para verificar a assinatura clique no link: https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E735-F2F0-A1BB-E907